

# Sarney acha que Cruzado

tica

quinta-feira, 7/8/86 □ 1º caderno □ 3

## garante vitória nas urnas

Villas-Bôas Corrêa

**Brasília** — O presidente José Sarney não tem nenhum trunfo escondido na manga para jogar na mesa da campanha eleitoral e tentar influir nos seus resultados, especialmente na composição do Congresso Constituinte.

Para um presidente que atravessa uma fase de plena euforia, o Plano Cruzado já retebeu retoques corretivos definitivos e o governo está arrumado para passar pelo teste eleitoral, cultivando uma expectativa francamente otimista. Uma eleição que interessa ao governo, mas na qual ele não se empenha ostensivamente. O presidente resguarda-se, protegido pelos altos índices confirmados da sua popularidade, para aguardar uma das prováveis decisões prioritárias da Constituinte, que é a definição da duração do seu mandato.

### De 4 a 6 anos

Para mim, para o meu projeto pessoal, o mandato ideal seria de quatro anos — repete o presidente José Sarney, escorando-se numa postura coerente com os compromissos da campanha das mudanças e justificando-se com a reafirmação dos seus objetivos reiterados de realizar um bom governo, sendo útil ao país nesta difícil fase de transição.

Mas, se a estimativa do mandato recortado pela hipótese mais modesta da redução para quatro anos não traz nenhuma nota de insinceridade, ela parece em desacordo com o clima de um governo que transmite a mais exuberante satisfação, na plena certeza do êxito e a segurança da aprovação popular.

Na mesa do presidente, como argumentos à mão para o reforço da conversa, estão os números das recentíssimas pesquisas realizadas pelo Ibope. Números que sugerem uma excelente cotação do governo neste começo de campanha eleitoral.

A pesquisa foi suficientemente ampla para abarcar todo tipo de inquirições. Abre com os números de 3 deste mês sobre a resposta popular à indesejada e inconstitucional reeleição do presidente. Numa resposta que afere a popularidade de Sarney, a reeleição merece a aprovação de 77,1%, com uma desaprovação de apenas 19,5%. No Grande Rio, que é a área política do governador Leonel Brizola, o índice em favor da reeleição fica em 76,3% e a Grande São Paulo sobe para 77,7%.

É claro que o presidente Sarney não está manipulando a jogada da reeleição. Ele prefere chamar a atenção para as porcentagens de resposta à confiança que inspira no povo e que alcança 84% com 88,7% no Grande Rio e 81% na Grande São Paulo.

A classificação do desempenho do presidente subiu depois do plano de correção do cruzado, com 32% de respostas para ótima, 41% para boa e 22% para regular.

A pesquisa insiste na apuração dos números sobre a duração do mandato de Sarney. Com resultados que ratifi-

## Ulysses pede ajuda a metade do ministério

**Brasília** — “Vou ajudar o PMDB e se tiver que subir em palanque, vou subir também”. A promessa foi feita pelo ministro do Planejamento, João Sayad, ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, durante jantar na residência do ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, Deni Schwartz. Ulysses quer a participação dos ministros na campanha eleitoral.

Sayad ressaltou, no entanto, que os ministros devem participar da campanha do PMDB como homens públicos e não usando a máquina administrativa. No jantar estavam presentes também os ministros peemedebistas Celso Furtado (Cultura), Paulo Brosard (Justiça), Aluizio Alves (Administração), Renato Archer (Ciência e Tecnologia), Roberto Santos (Saúde), Iris Rezende (Agricultura), Almir Pazzianoto (Trabalho) e Ronaldo Costa Couto (Interior). Embora sem partido, o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, foi convidado e compareceu.

José Reinaldo não se definiu quanto a sua participação na campanha, para ajudar o PMDB a ganhar as eleições de novembro. Ele afirmou que tem que cumprir as tarefas no Ministério dos Transportes, que considerou eminentemente técnico. “Como não tenho partido, não pretendo subir no palanque”, disse.

O ministro Iris Rezende, por sua vez, afirmou que vai participar da campanha somente em seu estado, Goiás. Alegou que sua participação nos outros estados não faz sentido, porque não teria retorno político por engajar-se na campanha fora de Goiás.

Almir Pazzianoto discordou de Iris, afirmando que já subiu aos palanques em seu estado, São Paulo, e continuará subindo. “Vou engajar-me não só na campanha de São Paulo, como na do resto do país.” Antes do jantar, no entanto, o ministro do Trabalho esclareceu que a falta de unidade do partido é um dos problemas que impedem a participação dos ministros do PMDB na campanha eleitoral. Citou o caso de Minas Gerais, onde o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (recusou-se a apoiar o candidato do partido ao governo, Newton Cardoso, que o venceu na convenção.

cam uma vez mais a popularidade do presidente: 18% preferem o mandato de quatro anos, 10,8% o mandato de cinco anos e 50,2% o mandato de seis anos, que é o da Constituição atual mas não é o das previsões políticas.

Mas, se o presidente Sarney afasta a reeleição com um gesto de impaciência, não assume o compromisso de lutar por um mandato de quatro anos. Esta é uma decisão que não será pessoal mas do Congresso-Constituinte a ser eleito a 15 de novembro, para empossar-se a 1º de fevereiro de 87.

O presidente não acredita que a linha divisória da Constituinte seja ideológica, pela singela constatação de que a esquerda é barulhenta na campanha, atuante nos comícios mas com escassa penetração numa sociedade solidamente conservadora. O que parece mais provável à argúcia política do presidente José Sarney é que, na Constituinte, a luta pelo poder imponha a divisão partidária seguindo o modelo clássico de duas poderosas coligações centristas.

— Não estou interferindo na campanha porque não tenho ambições a satisfazer — adverte.

### Reformas

Refuta Sarney com veemência as críticas que identificam uma posição extremamente cautelosa, reticente ou evasiva do governo na execução das mudanças prometidas, como a reforma agrária e a reforma administrativa.

O presidente recorda como recebeu o país, mergulhado numa crise abrangente, que passava pelo social, o

econômico e o político. Enfrentando os problemas com coragem, reverteu as expectativas catastróficas. Muitos jogaram no cálculo de que não se agüentaria por muito tempo na presidência, desestabilizado pela rejeição popular. Os que apostaram no pior equivocaram-se e estão sem discurso para a campanha eleitoral. O saneamento da economia custou sacrifícios e uma rigorosa austeridade no trato da coisa pública. Sarney garante que não há déficit público a ser coberto com os recursos do empréstimo compulsório sobre a gasolina e o álcool:

— Nós precisávamos de recursos para investir no desenvolvimento — retifica, num dos seus argumentos obsessivos.

Mudou a imagem externa do país, que está praticando uma política externa realista e afirmativa e que vem oferecendo os melhores resultados. A visita à Argentina assinalou êxitos consideráveis. Em um mês estará visitando os Estados Unidos, com convite para discursar no congresso americano, privilégio raramente concedido a um presidente latino-americano.

O governo aumentou os salários em cerca de 20%, assegurou a paz social. Nunca se atravessou um período de tão absoluta tranquilidade no setor militar.

— É isto que explica a aprovação popular apurada pelas pesquisas — repisa Sarney.

Mas a reforma agrária, como a reforma administrativa, continua a provocar restrições. Sarney defende-se:

— O fundamental quanto à reforma agrária era a decisão política de realizá-la. E isto o governo afirmou, ao criar o ministério específico para executá-la. Certamente que há dificuldades que estão sendo contornadas. A reforma agrária está sendo implementada e, até o final do governo, ela estará num estágio que não mais poderá ser detida. Ela vem sendo acelerada e é, a esta altura, uma decisão irreversível.

Quanto à reforma administrativa, o presidente reconhece alguns tropeços. Custou um pouco a definir os objetivos, a sua filosofia, que só pode ser a de buscar a eficiência da máquina administrativa, a sua modernização. Uma fala da expectativa de demissão em massa de funcionários suscitou alarme e reações. A reforma administrativa está sendo reexaminada, revista, para não incorrer no risco de ser contestada sob a argüição da inconstitucionalidade das medidas que o governo terá que baixar. O presidente Sarney sustenta que gigantismo da burocracia e excesso de funcionários não são os males da administração, mas o baixo nível dos serviços prestados ao público. Portanto, uma questão de mentalidade a ser modificada, com a reeducação dos quadros.

Mas todo o esforço do governo parece diluir-se diante da dimensão da dívida externa, um tema nas permanentes preocupações do presidente. Sarney relembra que o serviço da dívida externa que nos custava a sangria anual de 12 bilhões de dólares já baixou para 8 bilhões. Ela é renegociada todos os dias.